

## **ATA N.º 27** (REUNIÃO PRIVADA)

---- Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, na Cidade de Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES e TERESA MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos. ----

OOXXXOO

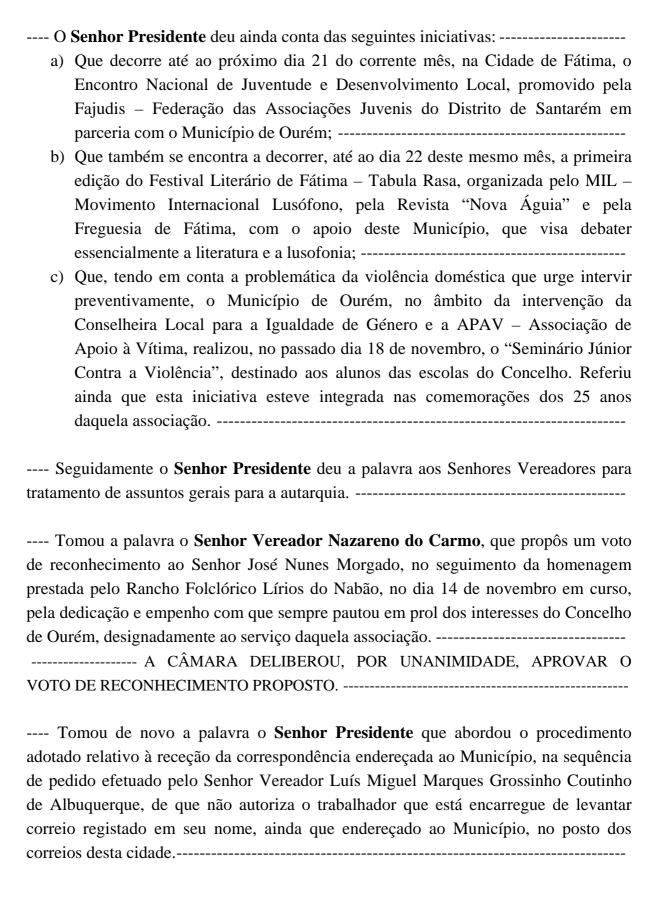
000

### ABERTURA DA REUNIÃO----------O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º OOXXXOO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA --------- Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente tomou a palavra e propôs, nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 28.°, do referido Anexo I, a data de 30 de novembro de 2015, para a realização da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para discussão de assuntos de carácter urgente. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, SOLICITAR, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1, DO ARTIGO 28.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, À SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DAQUELE ÓRGÃO, PARA O

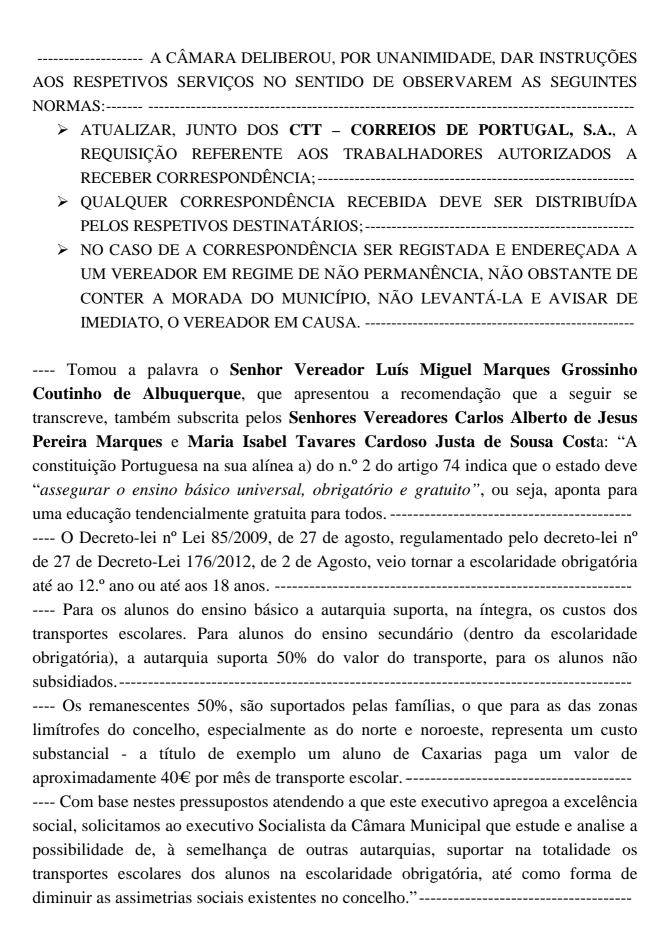
PRÓXIMO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015, PARA APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DE

ASSUNTOS URGENTES -----

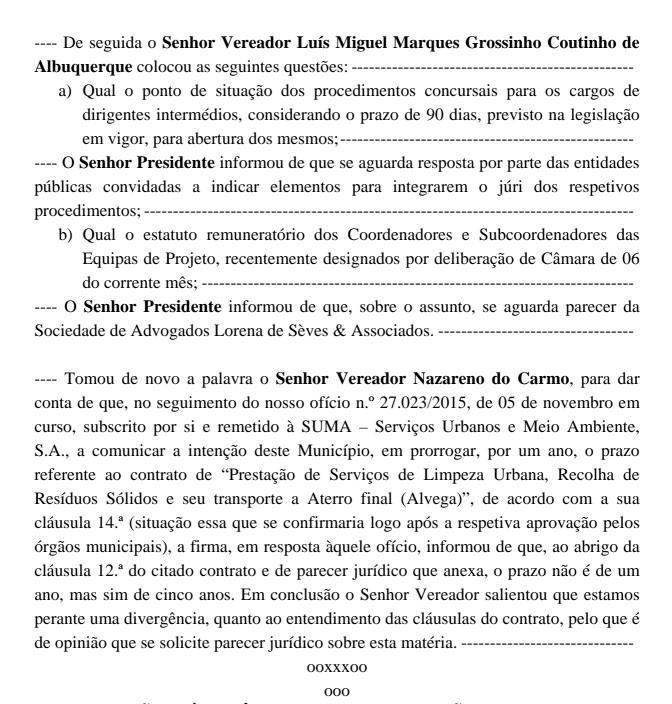








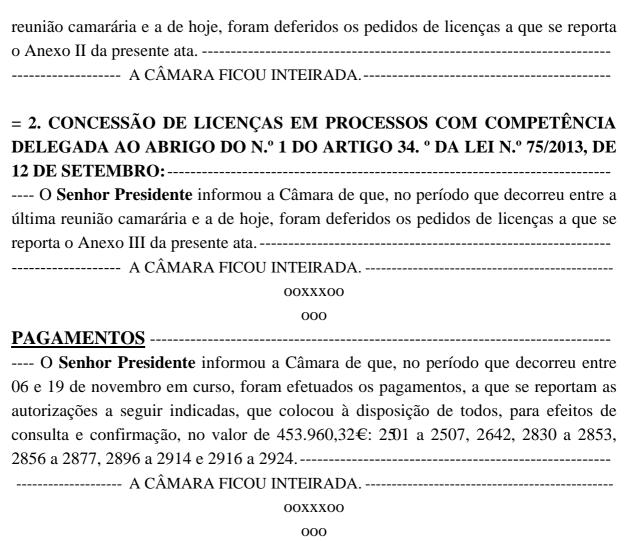




INFORMAÇÃO À CÂMARA DAS DECISÕES DO SENHOR PRESIDENTE EM CONSEQUÊNCIA DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EFETUADA EM REUNIÃO DE 29 DE MAIO DE 2015 = 1. CONCESSÃO DE LICENÇAS PARA CONSTRUÇÃO, REEDIFICAÇÃO

OU CONSERVAÇÃO, BEM COMO APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS PROJETOS, NOS TERMOS DA LEI: ------

---- Nos termos do n.º 2, do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **Senhor Presidente** informou a Câmara de que, no período que decorreu entre a última



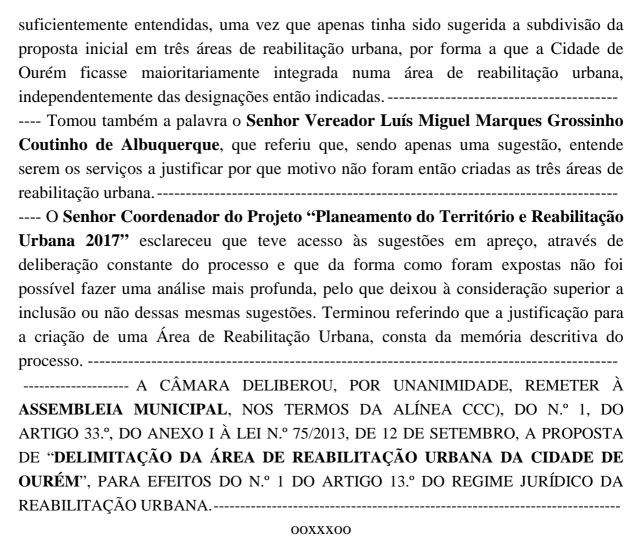
## PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE OURÉM -----

---- Em cumprimento daquela deliberação, o **Coordenador do Projeto "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017"**, prestou a sua informação n.º 46/15, datada de 10 do corrente mês, que a seguir se reproduz na íntegra: "1. A Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Ourém foi submetida à



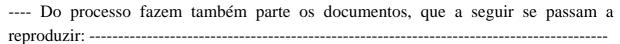
reunião da Câmara Municipal de 16 de outubro de 2015. A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta e "incumbir os serviços respetivos de tomarem em consideração as sugestões apresentadas pelos Senhores Vereadores, no documento supra transcrito (citação da certidão de deliberação).--------- 2. Os pontos transcritos que se entendem como sugestões listam-se de seguida: -------- • "Sobre o documento agora apresentado entendemos que a ARU proposta deveria estar subdividida em três ARU's, nomeadamente, Ourém – Vila Medieval (Castelo), Ourém – Cidade (Centro Histórico) e Ourém – Cidade 1. --------- • "Em relação à proposta inicial, estranhamos a não apresentação do documento referente à Área de Reabilitação Urbana de Vilar dos Prazeres".-------- 3. A primeira sugestão consiste na apresentação de três designações, correspondentes a igual número de áreas de reabilitação urbana, para abranger o espaço da cidade entendido como suscetível de ser classificado como área de reabilitação urbana. No entanto não é apresentada (transcrita) justificação para a proposta de designação. Acresce que o ponto de vista apresentado, não questiona diretamente a proposta aprovada. Assim sendo não é possível julgar do seu mérito face à proposta do executivo, delimitada e fundamentada (estratégia, objetivos e critérios) nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) e eventualmente sugerir a sua adoção ou incorporação de contributos. --------- 4. Relativamente à segunda sugestão, o interesse no processo mantêm-se tendo-se apenas alterado circunstancias de oportunidade relacionadas possibilidades de financiamento da ação e com o fluxo de trabalho do serviço, conforme coordenado com quem de direito. --------- 5. Face ao acima referido, designadamente no n.º3, considero que as sugestões transcritas na certidão de deliberação não justificam introdução de alterações no documento aprovado na reunião de Câmara de Municipal de 16 de outubro de 2015. ------ 6. A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal conforme o n.º1 do artigo 13.º do RJRU. ---- Nestes termos propõe-se que a "Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Ourém" aprovada em reunião da Câmara Municipal de 16 de outubro de 2015 seja remetida para reunião da Assembleia Municipal para aprovação." --------- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria Isabel Cardoso Justa de Sousa **Costa**, que solicitou a presença na sala, do Coordenador do Projeto "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017" para esclarecer, face à sua informação, se as considerações registadas em deliberação de 16 de outubro de 2015, foram





# PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA RESERVA DE SOLO PARA EFEITOS DA VIA COLETORA/DISTRIBUIDORA PREVISTA PARA JUNTO DA SUBUNIDADE 9.3., LIGANDO A ESTRADA DE LEIRIA À RUA DO COLÉGIO S. MIGUEL, EM FÁTIMA

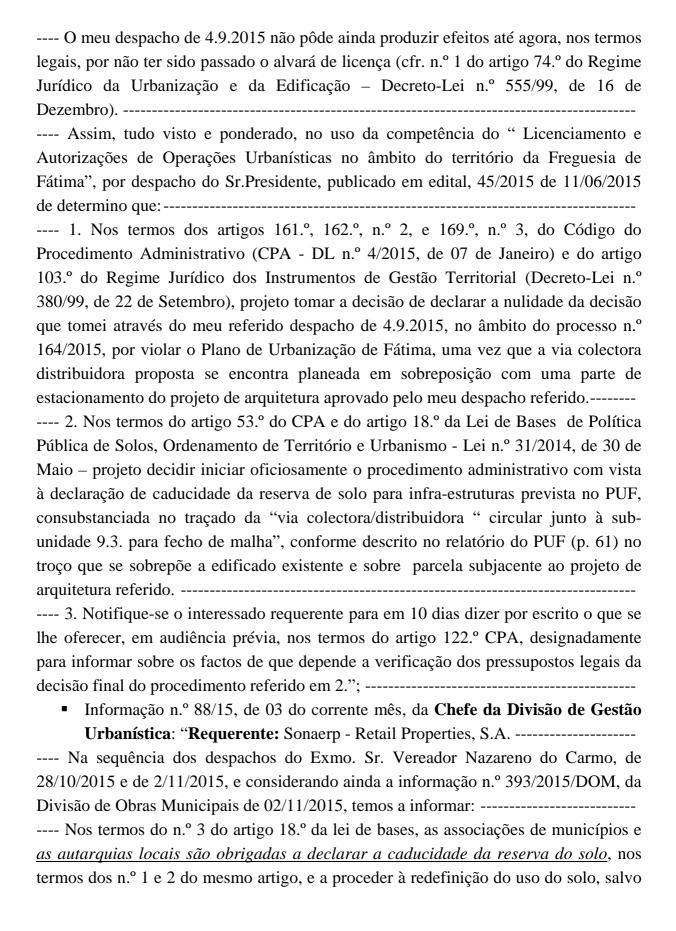




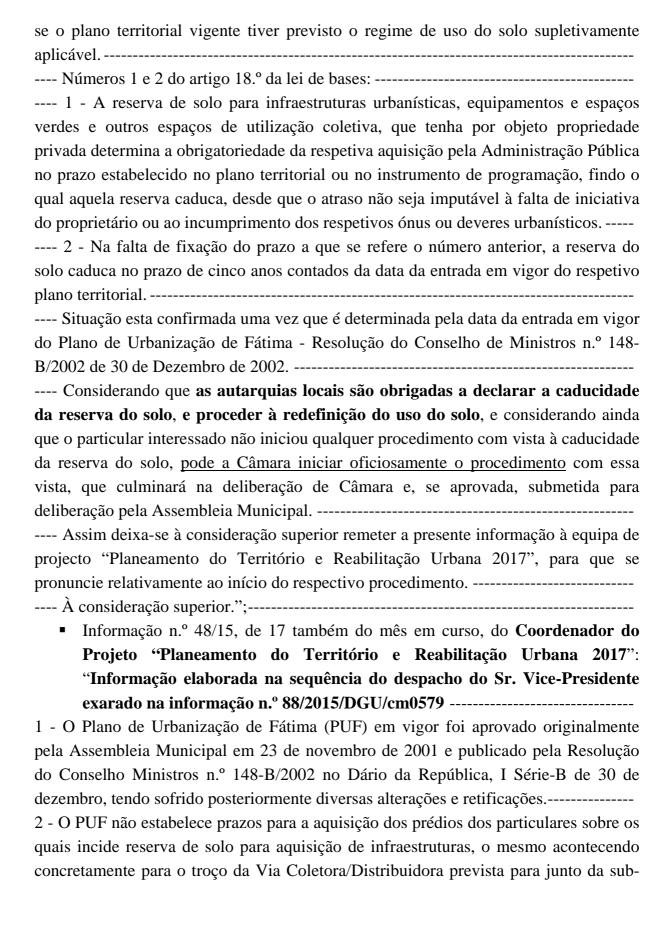
---- Com efeito, o PUF, ao prever aquela via colectora/distribuidora, estabelece uma "reserva de solo para infra-estruturas urbanísticas (...) que tenha por objeto propriedade privada", a qual "determina a obrigatoriedade da respetiva aquisição pela Administração Pública no prazo estabelecido no plano territorial ou no instrumento de programação, findo o qual aquela reserva caduca, desde que o atraso não seja imputável à falta de iniciativa do proprietário ou ao incumprimento dos respetivos ónus ou deveres urbanísticos." (cfr. artigo 18.º da Lei de Bases de Política Pública de Solos, Ordenamento de Território e Urbanismo - Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio). ----- Porém, a caducidade em causa depende de declaração da autarquia local (cfr. art. 18.º/2 e 3 da Lei n.º 31/2014), na sequência de procedimento iniciado oficiosamente ou pelo particular interessado destinado a recolher informação sobre a verificação dos pressupostos legais acima referidos, que culminará, no caso positivo, na proposta de declaração de caducidade da reserva de solo em causa a ser deliberada pela câmara municipal e, se aprovada, submetida para deliberação pela Assembleia Municipal de

Ourém (cfr. artigo 18.º/3 da Lei n.º 31/2014), o que não ocorreu até à data.











unidade 9.3, ligando a Estrada de Leiria à Rua do Colégio de S. Miguel, doravante
designada Via CD
3 - O executivo considera a Via CD proposta como não razoável do ponto de vista
financeiro, económico e social não pretendendo executá-la
4 - Existem exemplos que sugerem que no passado a via proposta também nunca foi
considerada para ser concretizada de facto. Por exemplo na reunião de 19 de fevereiro
de 2007 a câmara deliberou informar favoravelmente o pedido de informação prévia
(processo 208 de 24/01/2007) que não garante a compatibilidade com o carácter da via
proposta no PUF e que não está de acordo com o perfil transversal exigido para o
arruamento. Também o projeto de arquitetura de alteração do edifico para instalação
de supermercado (processo 2441/2001) foi aprovada em 02/07/2002 e o licenciamento
deferido em 02/01/2003
5 - Desde a entrada em vigor do PUF também não foi efetuado qualquer estudo ou
projeto para o troço da via proposta (Informação n.º 393/2015/DOM)
6 - A Predilugar – Sociedade Imobiliária, S.A. através do requerimento 26944/2015 de
04/11/2015 vem solicitar ao abrigo do n.º2 do artigo 18.º da Lei n.º $31/2014$ de 30 de
maio a caducidade da reserva do solo para infraestruturas, precisamente no que
respeita à Via CD.
7 - Face ao acima exposto, atendendo à informação n.º $88/2015/DGU/cm0579$ e ainda
ao estabelecido no n.º 2 e 7 do artigo 154.º do RJIGT propõe-se:
<ul> <li>1 • a declaração da caducidade da reserva de solo para efeitos da Via</li> </ul>
Coletora/Distribuidora prevista para junto da sub-unidade 9.3. ligando a Estrada
de Leiria à Rua do Colégio de S. Miguel;
2 • a aprovação de uma proposta integradora em que o espaço antes reservado
para a Via CD, seja integrado por analogia através da aplicação das classes,
categorias de espaço e normas que são aplicáveis às parcelas confinantes,
conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 123.º do RJIGT;
3 • a publicitação e divulgação da proposta integradora nos termos do n.º4 do
artigo 123.º do RJIT;
4 • após a ponderação da participação a proposta seja remetida para aprovação
da Assembleia Municipal."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, REMETER O
PROCESSO À EQUIPA DE PROJETO "PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E
<b>REABILITAÇÃO URBANA 2017"</b> , PARA REENQUADRAMENTO DA SITUAÇÃO

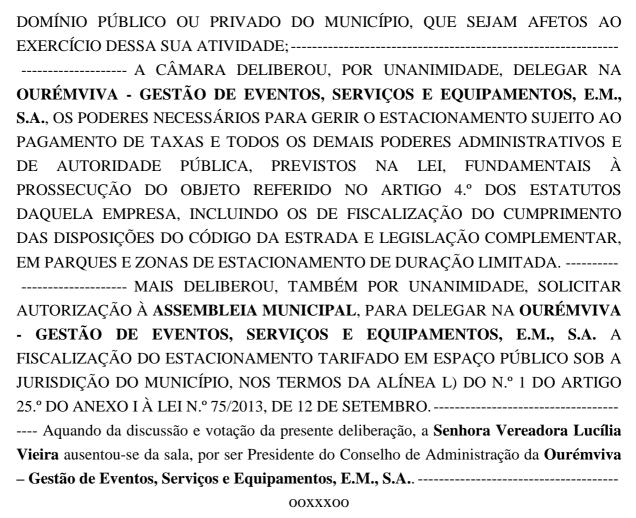


OURÉMVIVA -	GESTÃO	DE	EVENTOS,	SERVIÇOS	E
<b>EQUIPAMENTOS,</b>	E.M., S.A.				
= DELEGAÇÃO DA	A FISCALIZAÇ	ÃO DO	ESTACIONA	MENTO PÚBLIO	CO
URBANO =					
Na reunião de 30 d	de outubro findo,	, em face	do ofício n.º 22	26/2015, de 02 de	sse
mesmo mês, da Ourém	viva – Gestão de	Eventos,	Serviços e Equip	pamentos, E.M., S	.A.
(sedeada no Edifício d	do Centro de Ne	egócios,	na Rua Melvin	Jones, n.º 25, ne	esta
Cidade), a solicitar que	, esta Câmara Mu	ınicipal, o	delegasse naquel	a empresa municip	pal,
a fiscalização do esta	cionamento púb	lico urba	no de duração	limitada, a Câm	ara
deliberou solicitar ao	Chefe da Divisã	ío de Ge	stão Financeira	informação sobre	e o
processo					
Em cumprimento d	aquela deliberaçã	ão, o Che	fe da Divisão d	e Gestão Finance	ira
prestou a sua informaç	ção n.º 84/15, de	05 de r	novembro em cu	irso, que a seguir	se
transcreve: "A Assem	bleia Municipal	aprovou	em 28 de sete	embro de 2015,	um
contrato com a empres	a municipal Ouré	mViva, a	a vigorar no ano	económico de 20	16,
referente à gestão, em e	exclusividade, do	estaciona	mento tarifado r	na cidade de Ourér	n.
Neste contexto,	o contrato esta	belecido	nada reporta	no que concerne	à
fiscalização do estacion	onamento tarifac	lo em e	spaço público s	sob a jurisdição	do
Município de Ourém, s	sendo naturalmen	ite preme	nte, por razões o	operacionais que e	esta
atividade seja desenvol					
a gestão do estacioname	ento				
Consequentement	e, importa afe	rir que	a delegação	da fiscalização	do
estacionamento tarifado	o em espaço púb	lico da jı	ırisdição do Mu	nicípio de Ourém	na
empresa municipal Ou	rémViva se reve	la de pri	mordial importâ	ncia, tendo em vi	ista
esta entidade encetar p	rocesso de crede	nciação n	a Autoridade Na	acional de Segurai	nça
Rodoviária que permi	ta, designadame	nte, elab	orar autos de	notícia/participaçõ	ies,
utilizando para o efeito	o software e os n	nodelos p	róprios desta aut	oridade nacional.	
Complementarmen	te, sugere-se que	, a médic	prazo esta dele	gação possa cons	tar,
anualmente, no contra	to a estabelecer	entre es	ta autarquia e a	empresa munici	pal
OurémViva, o qual, fa	ce à abrangência	do objet	to, deverá config	gurar um contrato	de
concessão da gestão, m	anutenção e fisca	alização d	lo estacionament	o público tarifado	na
jurisdição do Município	o de Ourém				
O n.º 1 do artigo	o 27.° da Lei 50	0/2012 e	stabelece que a	s entidades públi	cas
participantes podem of	delegar poderes	nas em	presas municipa	ais, desde que e	esta
faculdade conste expre	essamente na del	iberação	que determinou	a sua constituição	o e
nos respectivos estatuto	os, adicionando o	seu n.º2	de que a delibe	ração em causa de	eve



especificar as prorrogativas do pessoal que exerça funções de autoridade, designadamente no âmbito dos poderes de fiscalização. Neste contexto, verifica-se que o artigo 5.º dos estatutos da OurémViva dispõe que o Município de Ourém poderá delegar os poderes de autoridade instrumentais das atividades inseridas no seu objeto. Deste modo, importa salientar que a alínea b) do artigo 4.º (objeto) dos estatutos expressa inequivocamente a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.----- seica ---- Por fim, em observância ao disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo – I, da Lei 75/2013, o qual reporta que compete à assembleia municipal a resolução e a revogação dos contratos de delegação de competências (não especificando quais), pese embora, a circunstância da alínea k) do mencionado artigo e diploma reportar expressamente a autorização de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e o Estado e entre a câmara municipal e a entidade intermunicipal, entendo que se estará perante uma redação incompleta, porquanto se a revogação de qualquer delegação de competências, independentemente nas entidades envolvidas, estará sujeita à aprovação do órgão deliberativo, por analogia, também a autorização deveria estar condicionada à aprovação do mesmo órgão ou seja da assembleia municipal. --------- Face à dúvida subjacente quanto ao órgão do município com competência par aprovar a presente delegação, julgo que deverão ser auscultados os serviços jurídicos do município para esclarecimento, ou na sua ausência, em observância ao princípio da prudência, submeter esta autorização ao órgão deliberativo. --------- À consideração superior,".---------- CONSIDERANDO QUE O MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A ALÍNEA RR) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, TEM COMPETÊNCIA MATERIAL PARA DELIBERAR SOBRE O ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS NAS VIAS PÚBLICAS E DEMAIS LUGARES PÚBLICOS; ---------- CONSIDERANDO AINDA O DISPOSTO NO ARTIGO 27.º, DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, ALTERADA PELA LEI N.º 53/2014, DE 25 DE AGOSTO E PELA LEI N.º 69/2015, DE 16 DE JULHO E ATENTO AO DETERMINADO NA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 5.º, DO DECRETO-LEI N.º 44/2005, DE 23 DE FEVEREIRO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 146/2014, DE 09 DE OUTUBRO E AO DECRETO-LEI N.º 327/98, DE 02 DE NOVEMBRO, ALTERADO PELA LEI N.º 99/99, DE 26 DE JULHO, BEM COMO AO N.º 4 DOS ESTATUTOS DA REFERIDA EMPRESA MUNICIPAL, CONJUGADO COM O PODER DE ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE





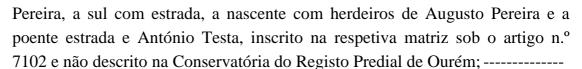
## AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)



- Prédio rústico composto por terra de semeadura, sito em Valadas ou Poço da Valada, da Freguesia de Fátima, com a área de 1830 m², a confrontar a norte e a nascente com António Batista, a sul com Manuel Caetano e a poente com serventia, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 15589 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém;-------

- Prédio rústico composto por terra de semeadura com oliveiras, sito em Cacho ou Tojeira, limite de Fontainhas da Serra, também da Freguesia de Atouguia, com a área de 500 m², a confrontar a norte com herdeiros de José Augusto



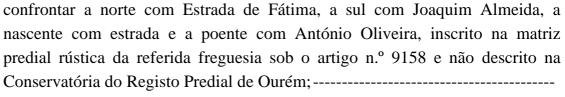


- Prédio rústico composto por terra de mato, sito em Vale da Fonte Nova, da Freguesia de Fátima, com a área de 5500 m², a confrontar a norte, a sul e a nascente com Manuel dos Santos e a poente com estrada, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 28660 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém;
- Prédio rústico composto por terra de semeadura, sito em Cova Grande, da Freguesia de Fátima, com a área de 1500 m², a confrontar a norte com António dos Santos Marcelino, a sul com José da Silva Júnior, a nascente com estrada e a poente com Manuel Almeida Pereira Reis, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 19583 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém; -

---- 2. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 27.579/2015, de **Esmeralda de Oliveira Rodrigues Pena Caetano Pereira**, residente na Rua Cónego Manuel Nunes Formigão, em Valeira, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar parecer favorável, nos termos do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, para celebração de escritura de partilha, por óbito de seu marido **António Caetano Pereira**, dos seguintes prédios: ------

- Prédio rústico composto por terra de semeadura com oliveiras, sito em Cacho ou Barros, também da Freguesia de Atouguia, com a área de 2400 m², a

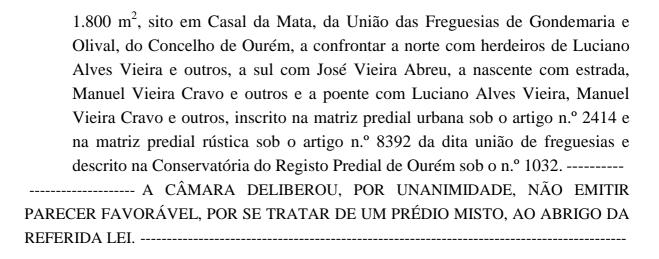




- Prédio rústico composto por terra de mato e pinhal, sito em Panasco Duro ou Valeira, limite de Jogadouro, da Freguesia de Fátima, com a área de 1680 m², a confrontar a norte, a sul e a poente com estrada e a nascente com José Carreira, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 15479 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém;------
- Prédio rústico composto por terra de semeadura, sito em Moita, da Freguesia de Fátima, com a área de 1500 m², a confrontar a norte com Manuel António, a Sul com Adelino Gomes Pereira, a nascente com Albino dos Reis e a poente com estrada, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 28663 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém;-------
- Prédio rústico composto por terra de semeadura, sito em Lagoinha Seca, da Freguesia de Fátima, com a área de 2000 m², a confrontar a norte e a nascente com Luís Perfeito, a sul com serventia e a poente com Gracinda de Jesus, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 28664 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém;------
- Prédio rústico composto por terra de semeadura com oliveiras, sito em Água Nova, da Freguesia de Fátima, com a área de 4000 m², a confrontar a norte com caminho, a sul com João Paulo Marto Pereira, a nascente com estrada e a poente com Seminário Diocesano de Leiria, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 28665 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém. -

- - Prédio misto, composto por terra de mato e pinheiros com a área de 14.696 m², casa destinada a restaurante com a área de 718 m² e logradouro com a área de





- - Prédio rústico composto por terra semeadura com amendoeiras, sito em Lomba, da Freguesia de Fátima, com a área de 300 m², a confrontar a norte, a nascente e a poente com baldio e a sul com estrada, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 23004 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 10173; ------



- Prédio rústico composto por terra de semeadura, sito também em Cova do Machado, com a área de 1000 m², a confrontar a norte e a sul com estrada, a nascente com Joaquim Ribeiro e a poente com herdeiros de Manuel da Silva, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 25939 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 6968;-------

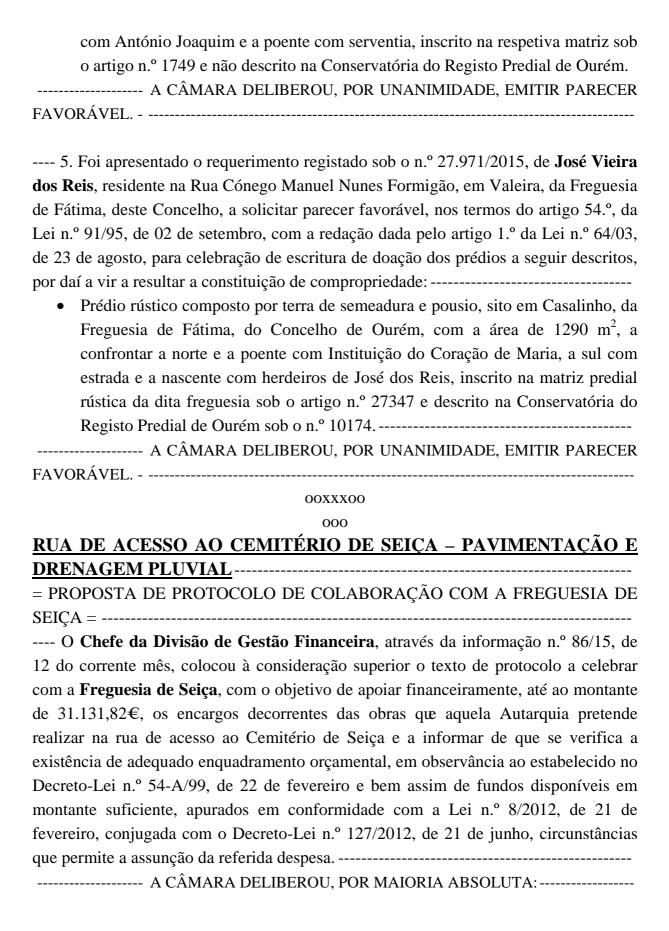
- Prédio rústico composto por terra de semeadura, sito em Pé da Ladeira, da Freguesia de Fátima, com a área de 2600 m², a confrontar a norte com Junta de Freguesia de Fátima, a sul com Estrada do Moimento, a nascente com José Silva e a poente com João Santos Rosa, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 12943 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém;-------
- Prédio rústico composto por terra de semeadura, mato e dois carvalhos, sito em Gouveias, da Freguesia de Fátima, com a área de 2600 m², a confrontar a norte com Manuel das Neves, a sul com José de Almeida Lopes, a nascente com estrada e a poente com José António, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 17523 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém;-------



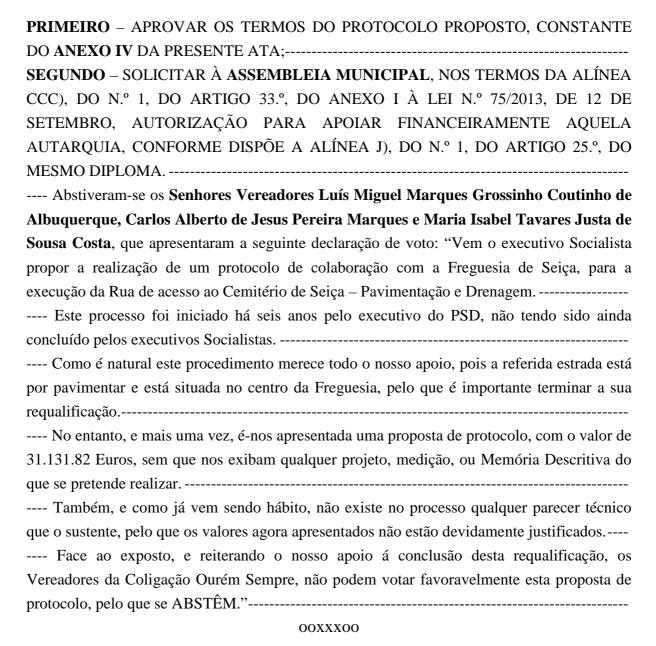
- Prédio rústico por terra de pousio com oliveiras e azinheiras, sito em Portelas, da Freguesia de Fátima, com a área de 6490 m², a confrontar a norte e a nascente com herdeiros de Manuel Joaquim, a sul com caminho e a poente com Joaquim Reis Silva, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1657 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém;-------

- Prédio rústico composto por terra de pousio com oliveira e azinheiras, sito em Terra do Gato, da Freguesia de Fátima, com a área de 1976 m², a confrontar a norte com caminho público, a sul com herdeiros de António Santos, a nascente





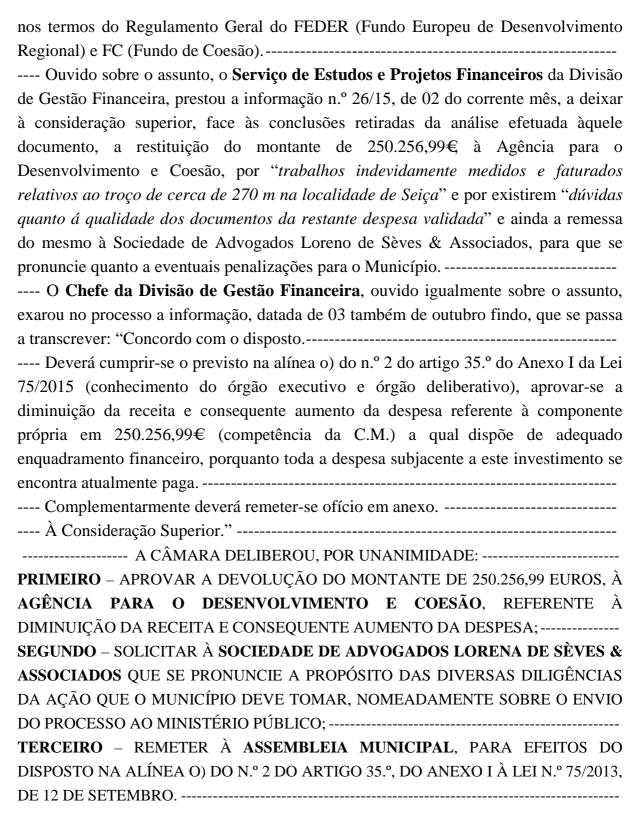




#### <u>BENEFICIAÇÃO DA E.N. 113-1 – OPERAÇÃO CENTRO-09-0650-</u> <u>FEDER-012001</u>------

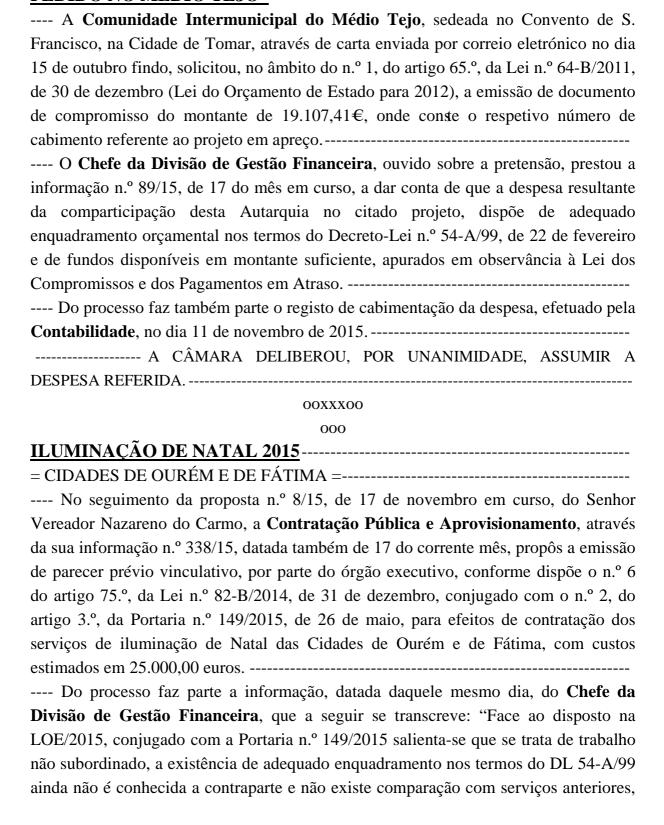
---- Foi apreciado o ofício n.º 1687/15, datado de 27 de outubro findo, do MAISCENTRO (Programa Operacional Regional do Centro), com sede na Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80, em Coimbra, a remeter Relatório Final com as conclusões e bem assim as recomendações resultantes da auditoria realizada à operação supra mencionada, pelo Controlo Interno da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e a informar de que aquela Autoridade de Gestão irá proceder às correções financeiras e ao registo das irregularidades expressas no referido relatório,



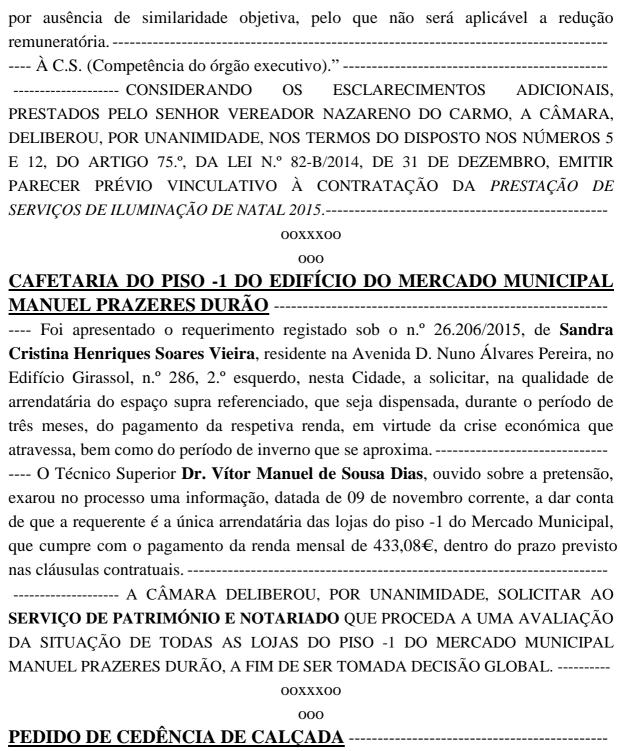




## PROJETO "MELHORAMENTO DA MOBILIDADE – TRANSPORTE A PEDIDO NO MÉDIO TEJO" ------







---- Foi apreciada a carta registada sob o n.º 20.326/2015, da **Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade**, a dar conta de que o Senhor Manuel de Jesus Cavadas, residente na Rua do Canto, n.º 6 (que faz gaveto com a Rua Vale Lagoas), na localidade de Pinheiro, daquela freguesia, deste Concelho, solicitou a cedência de





Figura 1 - Planta de Localização - Ortofotos 2013

2. Análise-----

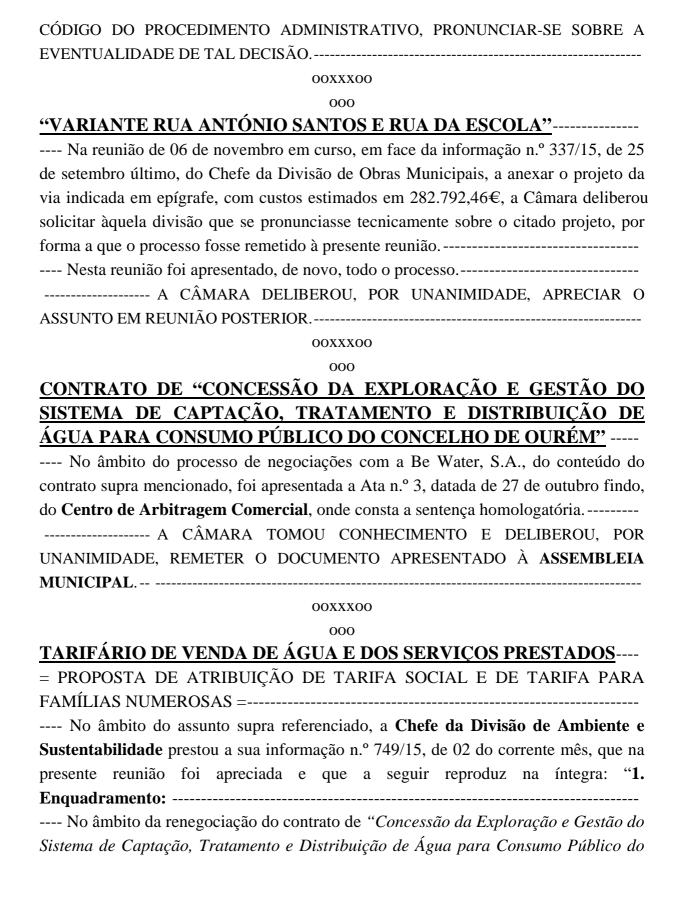
---- Após visita ao local e analisada a situação exposta, observou-se que: -----

- Rua do Canto -----
- A berma existente na Rua do Canto, com uma área aproximada de 23,21 m², apresenta-se em terreno natural com uma parte já calcetada pertencente à berma a estrada (Figura 2); ------
- As bermas das habitações confinantes, nº 8 e nº 9 (Figura 3) já apresentam valetas espraiadas em calçada grossa e a habitação nº 4 apresenta valeta espraiada em cimento (Figura 4), devendo-se manter o traço predominante da envolvente ao longo da Rua do Canto.-----
- Apesar de ambos os arruamentos apresentarem uma inclinação suficiente para assegurar a drenagem das águas pluviais sem causar a erosão da mesma, a continuidade da valeta espraiada irá garantir um melhor encaminhamento das águas. --
- O fornecimento do material para calcetar a área em questão tem um custo de 213,87€. -----



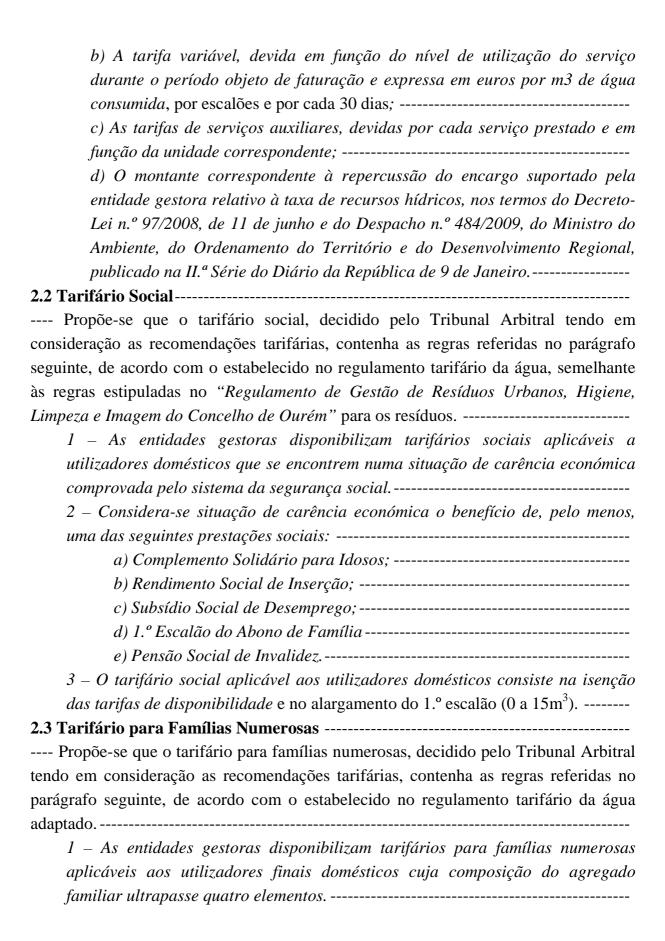
• <u>Rua Vale Lagoas</u>
- A berma existente na Rua Vale Lagoas, com uma área aproximada de 20 m²,
apresenta-se em terreno natural (Figura 5);
- Na berma oposta só se verifica a existência de calçada até ao limite da moradia
vizinha n° 8 (Figura 6);
- Calcetar apenas este troço, não tem qualquer benefício público, tendo em conta que a
restante extensão de berma iria ficar em terreno natural;
- O fornecimento do material para calcetar a área em questão tem um custo de
180,64€
Em anexo, apresenta-se o registo fotográfico do local
3. Conclusão
Tendo em consideração os tópicos anteriormente expostos, verifica-se a existência
de interesse público no calcetamento da berma na Rua do Canto, propondo-se, salvo
opinião em contrário, o fornecimento da calçada solicitada para uma área aproximada
de 23,21 m² no valor de 213,87 €
Relativamente à Rua Vale Lagoas, tendo em conta a análise realizada, considera-
se, salvo opinião em contrário, que o fornecimento de calçada não é de benefício
público. Ainda assim, informa-se que a estimativa do custo da calçada, com uma área
aproximada de 20 m², é de 180,64€
Em anexo, apresenta-se a estimativa de custos referentes ao fornecimento dos
materiais
Contudo, caso ocorra o fornecimento da calçada, as bermas deverão respeitar a
geometria das bermas confinantes, isto é, a calçada deverá ser aplicada em valeta
espraiada e nivelada com o pavimento betuminoso para permitir uma melhor
drenagem de águas pluviais
A intervenção deverá ser executada com o acompanhamento de um técnico do
Município
À consideração superior,"
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, FORNECER O
MATERIAL PRETENDIDO, PARA A RUA DO CANTO CONFORME PROPOSTO NA
$INFORMAÇ\~AO\ SUPRA\ TRANSCRITA$
MAIS DELIBEROU TAMBÉM, POR UNANIMIDADE, INFORMAR A
JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE QUE TENCIONA
INDEFERIR A PRETENSÃO RELATIVA À RUA VALE LAGOAS, PELAS RAZÕES
CONSTANTES DA CITADA INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS E AINDA DE QUE
PODERÁ, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 122.º DO



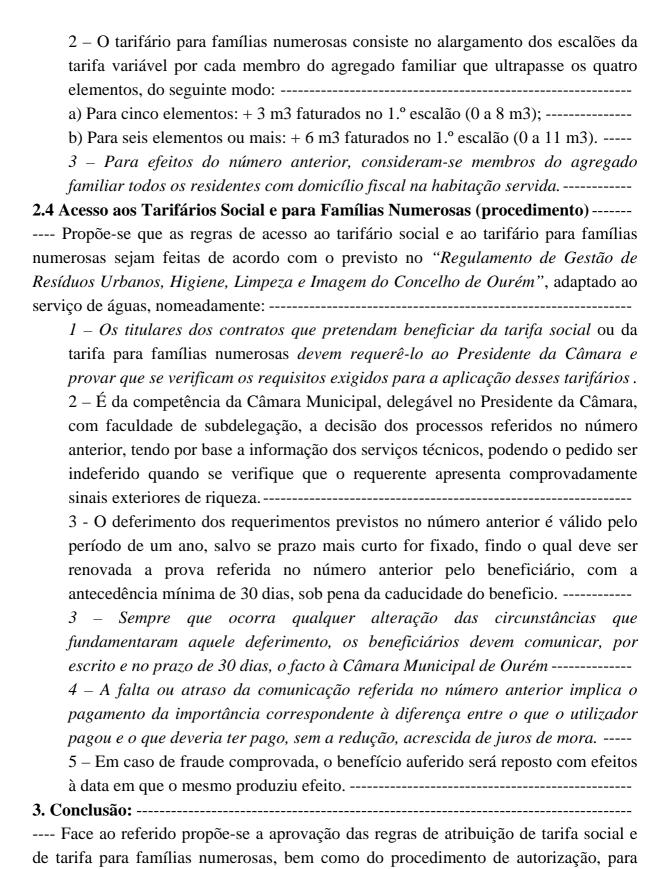




Concelho de Ourém", o novo tarifário, decidido pelo Tribunal Arbitral, foi estruturado tendo por base as recomendações tarifárias da entidade reguladora ERSAR.--------- As recomendações tarifárias da ERSAR evoluirão brevemente para um regulamento tarifário da água (nacional), vinculativo dos Municípios e concessionárias, que está em fase final de aprovação. Este regulamento tarifário estabelece e define a estrutura tarifária, a incidência, o tipo de tarifas a cobrar, bem como os critérios e regras para a atribuição da tarifa social e da tarifa para famílias numerosas, numa lógica de uniformização a nível nacional. --------- Na sequência da decisão do Tribunal Arbitral e de acordo com o estabelecido no DL n.º 194/2009, de 20/08, torna-se agora necessário proceder à alteração do regulamento municipal do serviço de águas de 1999, incorporando também as regras para a atribuição da tarifa social e da tarifa para famílias numerosas. A Divisão de Ambiente e Sustentabilidade está de momento a analisar e a adaptar a proposta remetida pela empresa concessionária, com o intuito de acautelar todas as necessidades atuais, em articulação com a Be Water. --------- Para elaborar uma proposta de definição das regras de atribuição da tarifa social e da tarifa para famílias numerosas foi realizada uma reunião entre a Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, a Divisão de Educação e Assuntos Sociais e a Be Water, que contou com o apoio jurídico do Dr. Vítor Dias, tendo por base: ------- As recomendações tarifárias; ------ O previsto no regulamento tarifário de água da ERSAR; ------ A harmonização com o "Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem do Concelho de Ourém", para uma uniformização de regras. ---------- Da reunião referida surgiu a proposta que se apresenta na presente informação. ----2. Regras de Atribuição da Tarifa Social e Tarifa para Famílias Numerosas (Proposta) --------- A estrutura tarifária adoptada por decisão do Tribunal Arbitral, tendo em consideração as recomendações tarifárias e o texto previsto no regulamento tarifário da água, é a apresentada no parágrafo seguinte. -----Pela prestação do serviço de abastecimento público de água aos utilizadores finais domésticos e não-domésticos é aplicável:----a) A tarifa de disponibilidade, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias -----

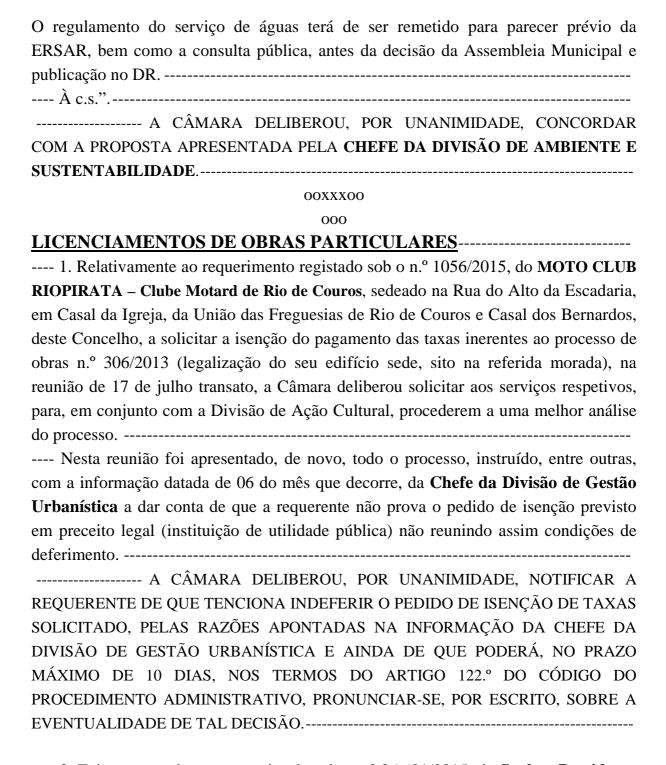






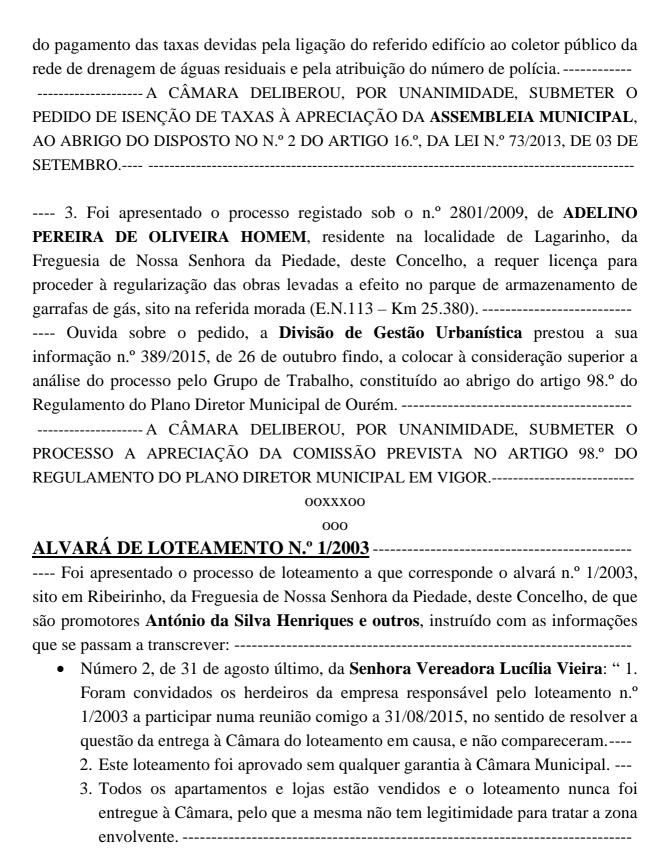
efeitos de integração no regulamento do serviço de águas (em fase final de avaliação).



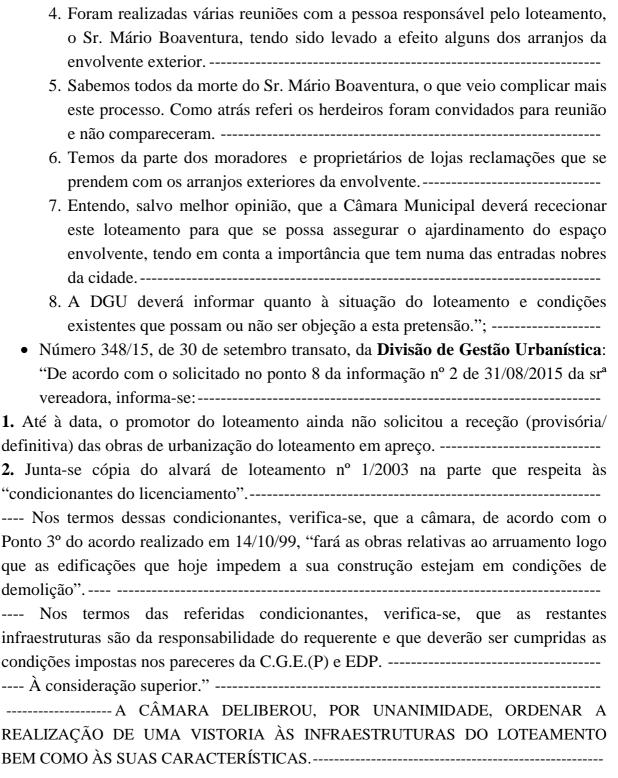


---- 2. Foi apresentada a carta registada sob o n.º 26.601/2015, do **Senhor Presidente da JUNTA DE FREGUESIA DE ALBURITEL**, sedeada na Rua dos Moinhos, na sede da dita freguesia, deste Concelho, a requerer a isenção do pagamento das taxas inerentes à entrada do projeto, à emissão do alvará de obras e de licença de utilização, para adaptação de um edifício existente para Casa Mortuária. Requer ainda a isenção







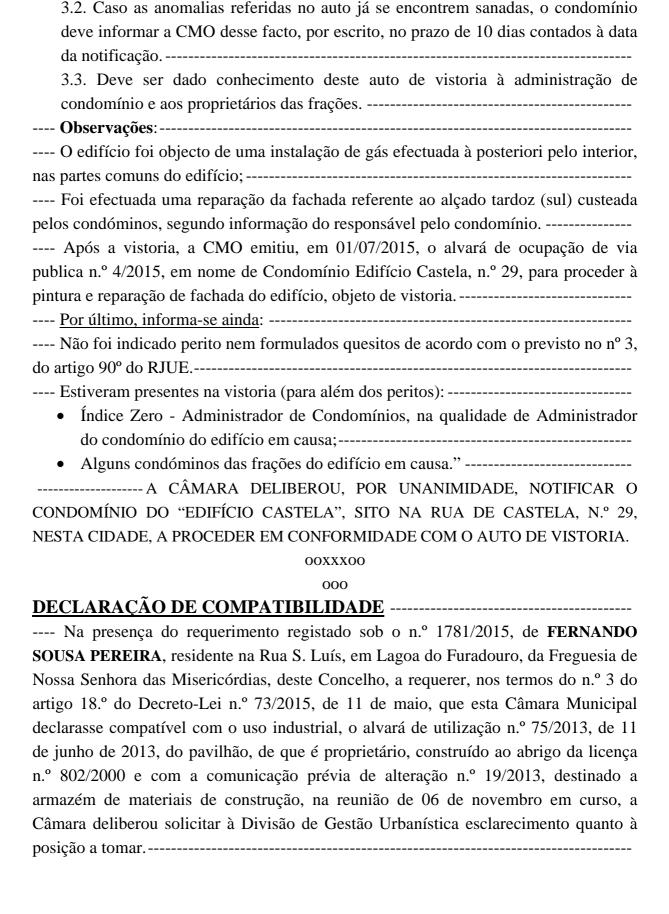




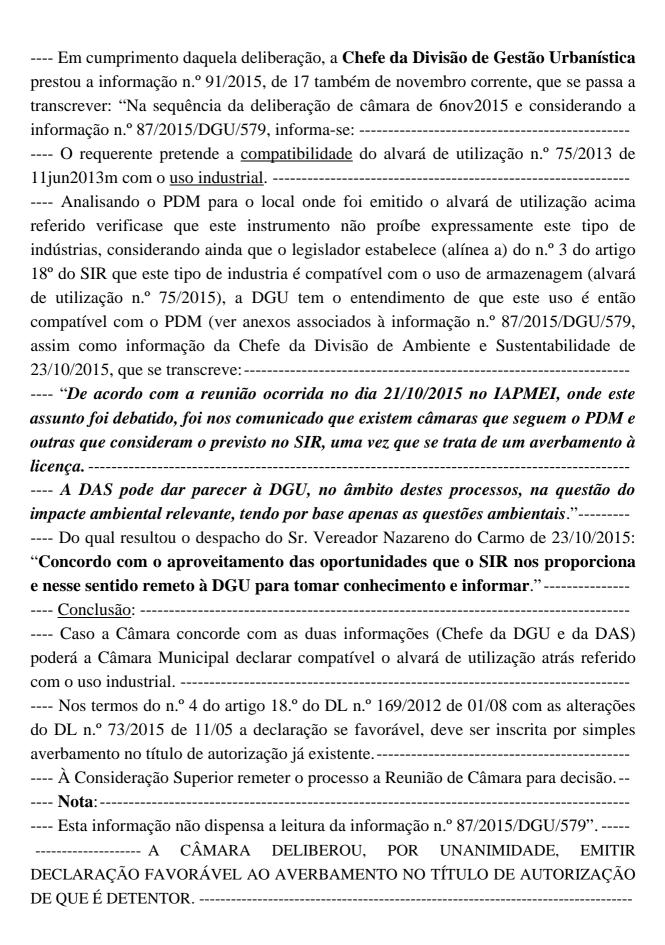
#### PROCESSO N.º 747/07.0BELRA-A – TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA -----

No âmbito do processo acima mencionado, na reunião de 18 de junho de 2013,
atendendo ao fundamentado na informação do então Diretor do Departamento de
Administração e Planeamento e no memorando da Sociedade de Advogados, Abalada
Matos, Lorena de Sèves & Associadas (à data assim designada), a Câmara deliberou
renovar o alvará de licença de construção n.º 614/95, com efeitos a 10 de janeiro de
2013 e incumbir a Divisão de Gestão Urbanística de proceder a vistoria, conforme
referido no ponto primeiro do memorando supra mencionado
Em cumprimento daquela deliberação, nesta reunião foi apresentado, de novo,
todo o processo, instruído com a informação n.º 49/2015, de 17 de novembro em
curso, da Divisão de Gestão Urbanística a anexar o Auto de Vistoria n.º 21/2015, de
22 de junho último, que refere designadamente o seguinte: "() procederam à vistoria
das partes comuns do edifício, sito na Rua da Castela, n.º 29, na Freguesia de N. Sra.
da Piedade, deste concelho, na sequência das reclamações apresentadas por um
proprietário de uma das frações do citado edifício (SGD.º 6828/2012 e SGD n.º
7904/2013), para efeitos deverificação da conservação atual do edificado com vista a
verificar se existem fundamentos para a Câmara Municipal deliberar ordenar (se for o
caso), reparações nas partes comuns, à Administração do respetivo edifício, que
causem prejuízos às frações e ao edificado no seu conjunto
Realizada a vistoria, os peritos informam:
1. Identificação do imóvel inspecionado:
Edifício de habitação coletiva e comércio com 5 pisos e cave, com alvará de
licença de obras n.º 614/95
O edifício é designado por "Edifício Castela"
2. Na inspecção visual efectuada no local foram detectadas as seguintes
anomalias:
2.1. No piso superior, na zona das arrecadações, existência de fissuras na zona de
contacto parede/tecto;
2.2. Telhas partidas na cobertura sobre a arrecadação da fracção "I";
2.3. Fissuração exterior muito acentuada ao nível da platibanda;
(fotos em anexo)
3. Conclusão:
3.1. Propõe-se notificar o condomínio do edifício em apreço, a proceder, no prazo
de 30 dias, à execução de obras de conservação necessárias à correção das
anomalias acima referidas





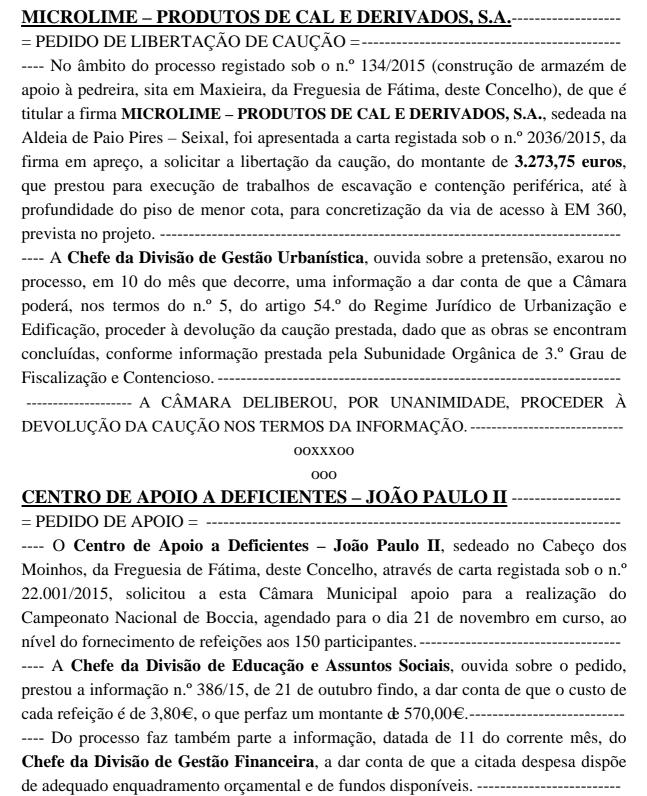




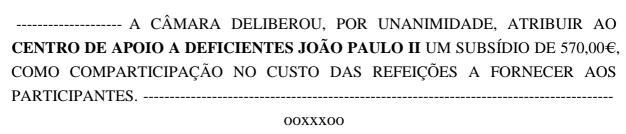


#### OOXXXOO

000







000

## PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR------

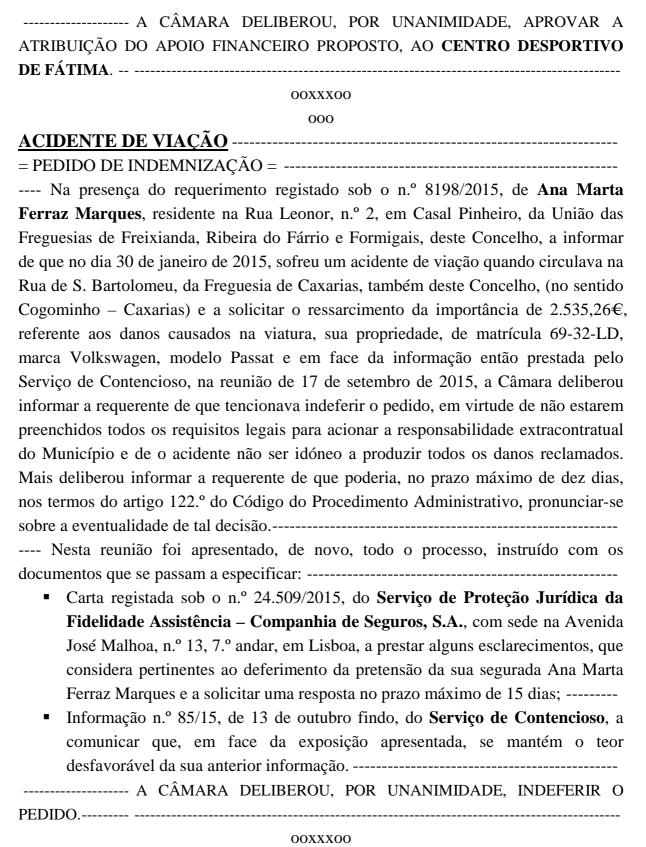
Tabela 1-----

Entidade Gestora	Valor transferido com base em estimativas	Va	Valor a		
		B2	В3	total	receber
Centro Desp. Social e Cult.					
Cercal, Vales e Ninho	15.500,00 €	8.150,37 €	7.862,49 €	16.012,86 €	512,86 €

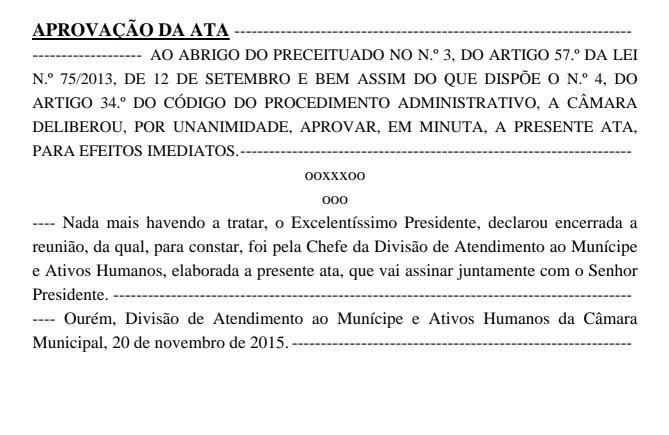


## CENTRO DESPORTIVO DE FÁTIMA -----= APOIO FINANCEIRO = ---------- Relativamente ao assunto acima mencionado, a Chefe da Divisão de Ação Cultural, prestou a informação n.º 128/15, datada de 17 de novembro em curso, que a seguir se passa a transcrever: "Em dezembro de 2014, a Câmara Municipal de Ourém lançou o aviso de abertura de candidaturas a programas de apoio financeiro ao associativismo cultural, desportivo e recreativo, tendo o Centro Desportivo de Fátima apresentando a sua candidatura. --------- De janeiro a março de 2015, decorreu o processo de análise e apreciação qualitativa das candidaturas com base na apreciação dos critérios estabelecidos em Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo. Dessa apreciação, coordenada com orientações do Órgão Executivo, resultou a intenção da proposta de apoio municipal ao Centro Desportivo de Fátima com o montante de 25.000.00€. --------- Com observância das regras orçamentais aplicadas à despesa pública, nos termos do ponto 3 do artigo 12.º do regulamento de Apoio ao Associativismo, verificou-se que o Centro Desportivo de Fátima não apresentou os documentos comprovativos das respetivas situações tributária e contributiva regularizadas, o que inviabilizou a inclusão da coletividade na proposta da lista provisória de apoios a conceder, em informação n.º 50/15 de 31 de março. --------- No presente mês de novembro, o Centro Desportivo de Fátima apresentou aos serviços de apoio ao associativismo a certidão que atesta a sua situação tributária regularizada e a declaração de não dívida à Segurança Social. Os documentos foram encaminhados para a DGF, para validação. --------- Face ao exposto, submeto à consideração superior a apreciação e tomada de decisão relativa a este processo. Esta apreciação deverá configurar uma situação excecional e extraordinária no âmbito da gestão dos apoios financeiros ao associativismo cultural e desportivo, considerando que 2015 foi o ano de retoma do apoio financeiro às coletividades locais, o que implicou a necessária adaptação das mesmas a novas exigências inerentes à assunção de despesa pública. --------- À CONSIDERAÇÃO DE V.ª EX.ª." ---------- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no processo, uma informação, datada de desse mesmo dia, a referir que a despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----









O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 20/11/2015

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

#### 1. PRESIDÊNCIA

#### 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29:
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

# 1.2. PROJETO "PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E REABILITAÇÃO URBANA 2017"

- = Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Ourém Informação n.º 46/15, de 10 do corrente mês, do Coordenador do Projeto "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017" (PTRU 2017);
- = Proposta de declaração de caducidade da reserva de solo para efeitos da via coletora/distribuidora prevista para junto da subunidade 9.3, ligando a Estrada de Leiria à Rua do Colégio S. Miguel, em Fátima Requerimento registado sob o n.º 26.994/2015, da firma Predilugar Sociedade Imobiliária, S.A., instruído com a Informação n.º 48/15, de 17 de novembro em curso, do Coordenador do Projeto PTRU 2017.

# 2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

## 2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Ourémviva Gestão de eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Delegação da fiscalização do estacionamento público urbano Informação n.º 84/15, datada de 05 do corrente mês, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira;
- = Ampliação do número de compartes:
  - 1. Requerimento registado sob o n.º 26.997/2015, de Rui Pedro Marto Pereira, sobre prédios sitos nas Freguesias de Atouguia e de Fátima;
  - 2. Requerimento registado sob o n.º 27.579/2015, de Ermelinda de Oliveira Rodrigues Pena Caetano Pereira, sobre prédios sitos nas Freguesias de Atouguia e de Fátima;
  - 3. Requerimento registado sob o n.º 27.795/2015, de Maria Emília Vieira Braçal, sobre prédio sito em Casal da Mata, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival;
  - 4. Requerimento registado sob o n.º 27.796/2015, de Maria Odete Marto dos Santos, sobre prédios sitos na Freguesia de Fátima;
  - 5. Requerimento registado sob o n.º 27.971/2015, de José Vieira dos Reis, sobre prédio sito em Casalinho, da Freguesia de Fátima.

#### 3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA



- = Rua de acesso ao Cemitério de Seiça Pavimentação e drenagem pluvial Proposta de protocolo de colaboração com a Freguesia de Seiça Informação n.º 86/15, de 12 de novembro em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira;
- = Beneficiação da E.N. 113-1 Operação Centro-09-0650-FEDER-012001 Ofício n.º 1687/15, datado de 27 de outubro findo, do MaisCentro (Programa Operacional Regional do Centro);
- = Projeto "Melhoria da mobilidade Transporte a pedido no Médio Tejo" Carta enviada por correio eletrónico no dia 15 de outubro findo, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

#### 3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= Iluminação de Natal para as Cidades de Ourém e de Fátima – Informação n.º 338/15, de 17 do corrente mês, da Contratação Pública e Aprovisionamento.

#### 3.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Cafetaria do piso -1 do edifício do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão - Requerimento registado sob o n.º 26.206/2015, de Sandra Cristina Henriques Soares Vieira.

#### 4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Pedido de cedência de calçada Carta registada sob o n.º 20.326/2015, da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade;
- = "Variante Rua António Santos e Rua da Escola" Reapreciação do processo.

#### 5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Contrato de "Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público do Concelho de Ourém" Ata n.º 3, de 27 de outubro de 2015, do Centro de Arbitragem Comercial;
- = Tarifário de venda de água e dos serviços prestados Proposta de atribuição de tarifa social e de tarifa para famílias numerosas Informação n.º 749/15, de 02 de novembro em curso, da Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS).

#### 6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
  - 1. Requerimento registado sob o n.º 1056/2015, do Moto Club Riopirata Clube Motard de Rio de Couros;
  - 2. Carta registada sob o n.º 26.601/2015, da Junta de Freguesia de Alburitel;
  - 3. Processo registado sob o n.º 2801/2009, de Adelino Pereira de Oliveira Homem Legalização de um parque de armazenamento de garrafas de gás, sito na E.N.113, na localidade de Lagarinho, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade;
- = Alvará de loteamento n.º 1/2003 Informação n.º 348/15, de 30 de setembro último, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
- = Processo n.º 747/07.0BELRA-A do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Informação n.º 49/15, datada 17 do corrente mês, da DGU a anexar o Auto de Vistoria n.º 21/2015, datado de 22 de junho transato;
- = Declaração de compatibilidade Requerimento registado sob o n.º 1781/2015, de Fernando Sousa Pereira, instruído com a informação n.º 91/15, datada de 17 de novembro em curso, da Chefe da DGU;
- = Microlime Produtos de Cal e Derivados, S.A. Pedido de libertação de caução Carta, datada de 02 de novembro em curso, da firma.

### 7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS



- = Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II Pedido de apoio Carta registada sob o n.º 22.001/2015, da instituição em apreço;
- = Programa de expansão e desenvolvimento da educação Pré-Escolar Ano letivo 2014/2015
- Informação n.º 408, de 03 do corrente mês, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais.

## 8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Centro Desportivo de Fátima – Apoio financeiro – Informação n.º 128/15, de 17 do corrente mês, da Chefe da Divisão de Ação Cultural.

# 9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Acidente de viação – Pedido de indemnização – Processo registado sob o n.º 8198/2015, de Ana Marta Ferraz Marques, sobre acidente ocorrido na Rua S. Bartolomeu, em Caxarias, no dia 30/01/2015.

Câmara Municipal de Ourém, 17 de novembro de 2015

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



## **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 06-11-2015 a 19-11-2015

Processo nº	Requerente	Local						
97/2014	Adelino dos Santos Dias	Rua dos Vales - Casalinho - Rio de						
679/2011	Ana Patrícia Pereira Lains	Couros e Casal dos Bernardos Rua Vale de Leiria, n.º 680 - Atouguia						
24/2014	António Carlos Ferreira Rodrigues	Travessa do Valdio, n.º 6 – Casa Caiada – Matas e Cercal						
39/2015	António das Neves Martins	Moita Redonda - Fátima						
111/2015	Bruno Miguel das Neves Marto	Casa Velha - Fátima						
209/2015	Danny Miguel do Fetal Ribeiro	Giesteira - Fátima						
115/2015	Davide Jacinto Ferreira	Rua da Portela, n.º 26 – Gondemaria e Olival						
81/2012	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Caxarias	Rua Nossa Sra. De Fátima, n.º 2 - Pontes						
3820/2006	Manuel Ribeiro Caetano	Rua Anjo de Portugal, n.º 30 – Cova da Iria - Fátima						
72/2012	Maria da Graça Vieira Ferreira	Rua Principal, n.º 26 – Vale Feto						
34/1990	Maria Helena Barros Guilherme de Almeida Leitão	Rua Nossa Sra. De Lurdes, n.º 7 – Cova da Iria - Fátima						
256/2015	Ricardo Oliveira Carreira	Estrada da Fazarga – Moita Redonda						
1757/2011	Susana Cristina da Silva Pereira	Rua Principal – Nossa Sra Das Misericórdias						
177/2015	Valério Alexandre Simões Gonçalves	Rua Principal, n.º 48 - Rio de Couros e Casal dos Bernardos						

Ourém, 20 de novembro de 2015

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



## SUBUNIDADE ORGÂNICA DO 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

## Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 06/11/2015 a 19/11/2015

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento				
26009	Manuel da Silva Fialho Júnior & Filhos, Lda.	Inspeção de elevador				
26010	Manuel da Silva Fialho Júnior & Filhos, Lda.	Inspeção de elevador				
26040	Funerária Ouriense, Lda.	Inumação de cadáver				
25729	Funerária Ouriense, Lda.	Inumação de cadáver				
26860	P'Escola-Associação Cultural e Recreativa da Soutaria	Licença de ruído				
26914	Imperturismo-Emp.Turísicos e Hoteleiros, SA	Inspeção de elevador				
26856	Agencia Funerária Tavares, Lda.	Inumação de cadáver				
27398	FET-Fátima Escola de Teatro	Prova desportiva				

Ourém, 20 novembro de 2015

#### Jacinto Costa

(Dirigente de Direcção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



#### **APOIO AO INVESTIMENTO**

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE SEIÇA – "RUA DE ACESSO AO CEMITÉRIO DE SEIÇA – PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL"

#### PREÂMBULO

#### Considerando que:

- A rua em referência está na jurisdição do domínio público da Freguesia de Seiça e carece de melhorias, tendo em vista garantir um adequado acesso ao Cemitério de Seiça, pelo que urge a sua pavimentação com necessária drenagem pluvial.
- 2. Os municípios dispõem de atribuições quer no domínio do equipamento rural e urbano, quer na área dos transportes e comunicações, de acordo com as alíneas a) e c), do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 3. As freguesias dispõem de competências próprias no âmbito do equipamento rural e urbano, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 4. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 5. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesais.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

**PRIMEIRO OUTORGANTE**: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;



е

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Freguesia de Seiça, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 507 227 905, com sede na Estrada Nacional 113-1 nº 57 em Seiça, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, Custódio Sousa Henriques.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

# CLÁUSULA 1.ª (Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes do investimento na "Rua de Acesso ao Cemitério de Seiça – Pavimentação e Drenagem Pluvial", situado em Seiça, conforme projeto técnico previsto em Anexo – I.

#### CLÁUSULA 2.ª

#### (Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 31.131,82€ (Trinta e Um Mil, Cento e Trinta e Um Euros e Oitenta e Dois Cêntimos), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

#### CLÁUSULA 3.ª

#### (Plano de pagamentos)

 O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos estabelecido no Anexo – II, o qual decorrerá de dezembro de 2015 a junho de 2016.



- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagament	o será	efetuado	por	transferê	ència	bancá	iria,	para	а	conta	bancária	a da
	Freguesia	de	Seiça,	com	О	núme	ero	de	ide	ntif	icação	ban	cária
						_,	da		en	tida	ade	ban	cária
						_, con	forme	con	sta no	A	nexo -	- III, que	a faz
	parte integrar	nte do p	resente pr	otoco	olo.								

#### CLÁUSULA 4.ª

#### (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);



- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

#### CLÁUSULA 5.ª

#### (Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

#### CLÁUSULA 6.ª

#### (Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

#### CLÁUSULA 7.ª

#### (Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

#### CLÁUSULA 8.ª

#### (Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.



#### CLÁUSULA 9.ª

#### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

#### CLÁUSULA 10.ª

#### (Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

#### CLÁUSULA 11.ª

#### (Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

#### CLÁUSULA 12.ª

#### (Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.



#### CLÁUSULA 13.ª

#### (Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA 14.ª

#### (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:
Câmara Municipal:
Assembleia Municipal:
O presente Protocolo de Colaboração compreende 7 folhas às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da folha 7, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de de 2015, em dois exemplares de igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos seus Outorgantes.



Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,			
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Custódio Sousa Henriques			